

O trabalho da pastoral da criança no apoio a mulheres e crianças em estado de vulnerabilidade em Mogi das Cruzes, SP

The Actions of Child's Pastoral in Support of Women and Children in a State of Vulnerability in Mogi das Cruzes, SP

Caroline Gallo Santos
Cássia Regina da Silva Neves Custódio
Luci Mendes De Melo Bonini
Natália Luane Cunha Leite
Universidade de Mogi Das Cruzes

Resumo: Neste artigo descreve-se o trabalho da Pastoral da Criança, instituição de ação social da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), unidade Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil. Objetivou-se compreender a percepção das mulheres atendidas referentemente ao trabalho da entidade, voltado tanto para as crianças quanto para elas próprias. Buscou-se conhecer um pouco mais sobre realidade cotidiana dessas mulheres, seu perfil socioeconômico, bem como suas fragilidades. A pesquisa teve caráter exploratório-descritiva, de abordagem quanti-qualitativa de corte transversal. A Pastoral da Criança tem contribuído para a estruturação e orientação das famílias acompanhadas pelas duas paróquias constituídas como objetos deste estudo.

Palavras chave: Pastoral da Criança; Mulheres em Estado de Vulnerabilidade; Ação Social.

Abstract: This study describes the work of a Child's Pastoral, a social action institution of the *Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, (CNBB), Mogi das Cruzes unit, São Paulo, Brazil. The purpose of this research was to understand the perception of the women attended by the work of the entity, carried out both with the children and with themselves. It was sought to know a little more about the daily reality of these women, their socioeconomic profile, as well as their fragilities. The study was an exploratory-descriptive in a quantitative-qualitative approach and cross-sectional research. The work of the Child's Pastoral has contributed to structuring and orientating these families in the two communities presented here.

Key words: Child's Pastoral; Women in Vulnerability State; Social Action.

Introdução

Este estudo está voltado para a descrição do trabalho de uma unidade da Pastoral da Criança, no município de Mogi das Cruzes. O trabalho dessa organização com a população em estado de vulnerabilidade é bastante conhecido no Brasil e no exterior. Por isso, optou-se por compreender de modo mais aprofundado como este se realiza quando voltado para mulheres e crianças, e conhecer de que maneira é visto pelas pessoas atendidas.

O quadro das desigualdades que assola o Brasil é consequência de inúmeros fatores. Deve-se levar em conta as mudanças urbanísticas, climáticas e sociais,

ocorridas no País em décadas recentes, que resultam na dualidade verificada nos processos sócio-espaciais de construção da metrópole contemporânea. Essa dualidade manifesta-se no reconhecimento de uma cidade “formal”, assumida pelo poder público, onde se concentram os investimentos urbanos, e de uma outra cidade, construída à margem da primeira, que tem no conceito de “cidade informal” a expressão mais abrangente para designá-la, pois associa o fenômeno da expansão urbana ilegal ao da exclusão social e, conseqüentemente, da degradação ambiental (GROSTEIN, 2001).

A situação de vulnerabilidade¹ das famílias está relacionada com pobreza, exploração, abuso e demais aspectos psicossociais e culturais, que expõem indivíduos a condições de vida muitas vezes classificadas em níveis abaixo da dignidade humana, interferindo na complexa dinâmica familiar. Segundo Koga (2003), a pobreza não se configura apenas pela ausência de renda, mas também por discriminações e sofrimentos que se superpõem.

Na década de 1970, o movimento feminista já atuava com grande força no mundo. Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU), atendendo à demanda de manifestações das mulheres, inaugurou o Ano Internacional da Mulher e a Década da Mulher (1975-1985). Ressalte-se que no Brasil vivia-se a ditadura militar, sem canais de diálogo e de interação com a sociedade civil. O período em que o regime permaneceu mais extremamente fechado durou de 1964 a 1985, época em que as mulheres estiveram impossibilitadas de formarem grandes grupos, em decorrência da perseguição política. A partir de 1979, com a Lei da Anistia, muitas ativistas do movimento feminista, que haviam sido exiladas, voltaram ao Brasil. Além disso, com as mudanças verificadas nas eleições governamentais seguintes, partidos políticos passaram a contar com associações de mulheres. Desse modo, as organizações feministas foram assumindo novas estruturas e novas formas de reivindicação por justiça social e igualdade de direitos.

Como meio de concretização de justiça social de gênero, temos, no Brasil, a proposição de emenda à legislação eleitoral (Lei n. 9.100, de 29 de setembro de

¹ O termo vulnerabilidade é aqui entendido, segundo Ayres *et al.*(2016), no mesmo sentido de sua origem jurídica, ou seja como indivíduo ou grupo de indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente.

1995), pela Bancada Feminina do Congresso Nacional, garantindo a cota mínima de 20% de mulheres candidatas.

De fato, pode-se afirmar que as desigualdades de acesso das mulheres aos recursos econômicos, ao conhecimento, à informação e às habilidades políticas são fatores coexistentes que levam à escassez de políticas públicas universais voltadas para a ampliação do campo de conhecimento e entendimento sobre política.

Além disso, os fatores de exclusão social das mulheres criam constrangimentos variados para toda sociedade, especialmente quando se leva em consideração o crescimento do número de mulheres chefes de família (IBGE).

A Pastoral da Criança

A Pastoral da Criança está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) como um organismo de ação social desde 1983, ano em que foi fundada, no município de Florestópolis, no Paraná, pela médica sanitária e pediatra Zilda Arns Neumann e pelo então arcebispo de Londrina, atualmente cardeal emérito, Dom Geraldo Majella Agnelo. A organização está presente em todos os estados brasileiros e em 17 países de diferentes continentes, tais como: África, Ásia, América Latina e Caribe². O trabalho da Pastoral da Criança está alicerçado na capacitação de voluntários de uma determinada comunidade, de modo que possam assumir a tarefa de orientar e acompanhar a população em ações de saúde, educação, nutrição e cidadania.

O trabalho desenvolvido pela Pastoral ajudou a mudar o panorama da situação da infância nas últimas décadas. Nos últimos 22 anos, o Brasil reduziu em 77% a mortalidade entre crianças menores de cinco anos, segundo dados do Fundo das Nações Unidas pela Infância (Unicef), um dos maiores percentuais de queda do mundo³. Também diminuiu a incidência de desnutrição e de infecções, com o acesso ao sistema de saúde universalizado. Porém, outros problemas ainda

² **Pastoral da Criança**. Disponível em: < <https://www.pastoraldacrianca.org.br> >. Acesso em: 19 nov. 2016.

³ Infância no Brasil apresenta novos desafios: a contribuição da Pastoral da Criança ajudou a mudar o panorama da situação da infância nas últimas décadas. **Revista Veja Online**. Disponível em: < <http://veja.abril.com.br/saude/onu-em-22-anos-brasil-reduz-mortalidade-infantil-em-77/> >. Acesso em: 16.11.2016.

assolam o País, visto que é um dos 12 países mais desiguais. São os pobres, em especial as crianças, os que mais sofrem as consequências dessa desigualdade. Como dizia Zilda Arns Neumann: “Há muito o que se fazer, porque a desigualdade social é grande. Os esforços que estão sendo feitos precisam ser valorizados para que gerem outros ainda maiores”⁴.

Por isso, faz-se necessário politizar as discussões partidárias e sociais, a partir da perspectiva de gênero entre homens e mulheres, promovendo a formação política das mulheres, para que se faça justiça democrática.

Quando se discute o enfrentamento da violência contra a mulher, é necessário fazer uma releitura das ações desenvolvidas que necessariamente inclua o estabelecimento e o cumprimento de normas penais que possam efetivar a punição e a responsabilização dos autores de violência, como por exemplos a Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340/2006) e a Central de Atendimento a Mulher (ligue 180), entre outras.

Anjos (2007) afirma que a Pastoral da Criança é uma educadora de mulheres, pois prepara líderes com uma missão a ser reproduzida. As ações dos voluntários da Pastoral da Criança visam garantir que cada criança tenha oportunidade de se desenvolver plenamente, sendo necessário, para tanto, dar atenção especial aos primeiros mil dias de vida da criança: isso inclui a gestação e os dois primeiros anos.

Essas ações vêm contribuindo para que muitas crianças alcancem o mínimo para sua sobrevivência e para que muitas mães e famílias tenham esperança e alegria para continuar a luta de todos os dias por condições mais dignas de vida.

Método

A pesquisa foi de caráter exploratório-descritiva de abordagem quali-quantitativa de corte transversal. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com seres humanos. Os dados foram coletados entre agosto e dezembro de 2014, por meio de questionário desenvolvido pelas autoras. Participaram desta pesquisa 26 mulheres, maiores de 18 anos, atendidas pela Pastoral da Criança em um distrito periférico do município de Mogi das Cruzes. A unidade atende a 3 comunidades, distribuídas em 3 paróquias, no total de 72 famílias. Os dados foram

⁴ **Pastoral da Criança**. Disponível em: < <https://www.pastoraldacrianca.org.br> >. Acesso em: 19 nov. 2016.

coletados em reunião para pesagem das crianças. Compareceram 28 mulheres, das quais 26 aceitaram responder ao instrumento de coleta de dados, depois de terem assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Local de coleta de dados

A cidade de Mogi das Cruzes está localizada na grande São Paulo, a 50 quilômetros a leste da capital. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) era de 0,783, em 2010; a população era de 419.839 habitantes, no ano de 2014. O crescimento populacional contribuiu para o aumento das necessidades básicas, como alimentação, espaços para moradia, assistência social, direito à educação, à saúde e ao lazer.

Embora o município tivesse em 2010 uma renda *per-capita* de R\$ 916,81⁵, há ainda nas periferias muitas pessoas pobres e miseráveis, por isso foram escolhidas duas paróquias que acompanham famílias em estado de vulnerabilidade social, que contam com apoio social para promoção de suas vidas.

Método de análise dos dados

Os dados quantitativos foram analisados utilizando-se o programa Excell. Foram tabulados e seguem descritos em números absolutos nas descrições e no gráfico. Os dados qualitativos foram analisados à luz da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1970), dividindo-se em categorias, de modo a esclarecer as percepções advindas das participantes relacionadas às questões do instrumento de coleta de dados.

Resultados e discussão

Perfil sócio econômico das participantes

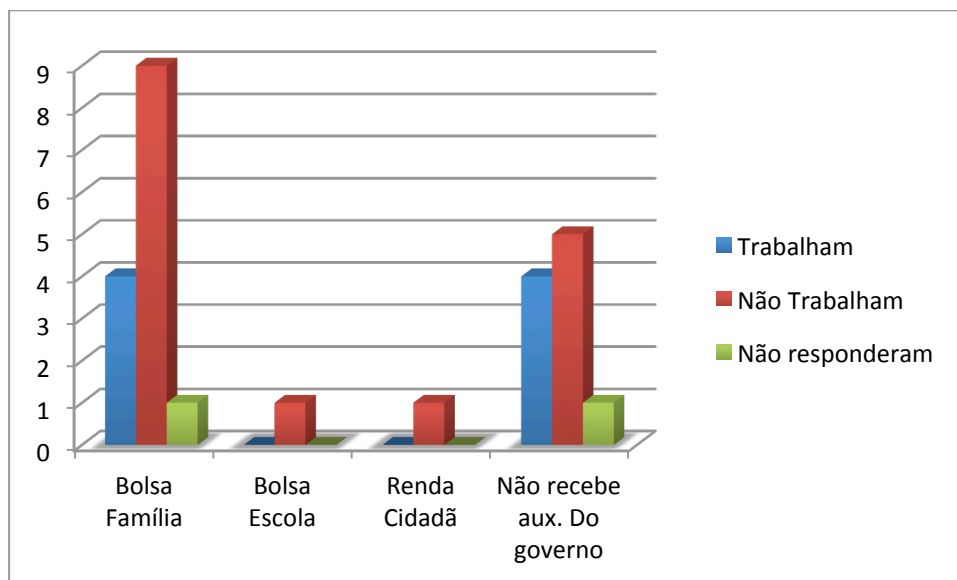
Dentre as 26 mulheres participantes, constatou-se que, à época do estudo, 11,4% possuíam entre 18 e 20 anos de idade; 30,6% entre 21 e 30; 34,5% entre 31 e 40 e 23,6% encontravam-se na faixa entre 41 e 45 anos. A maioria tinha em torno

⁵ Atlas do desenvolvimento humano no Brasil: Mogi das Cruzes-SP. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4014>. Acesso em: 19 nov. 2016.

de dois filhos. Duas delas tinham seis filhos; uma tinha cinco; quatro delas tinham quatro filhos.

Por meio da simples observação, entendeu-se que o enfrentamento da vulnerabilidade social já conquistou avanços, pois, entre essas mulheres, 16 não trabalhavam, contra seis que trabalhavam e algumas que recebiam algum tipo de auxílio. Houve uma abstenção de resposta de duas participantes. Com relação aos auxílios governamentais, 14 delas declararam que recebiam Bolsa Família entre R\$ 70 e R\$ 540,00; uma recebia Renda Cidadã de R\$ 80,00, e uma recebia Bolsa Escola de R\$ 540,00, dados esses representado na Figura 1.

Figura 1: Mulheres que trabalham e não trabalham e recebem / não recebem auxílios governamentais.



Essas mulheres identificaram-se em termos étnicos como pardas (15), brancas (6) e negras (5). Quanto ao nível de escolaridade, as duas mulheres com mais de 40 anos não estudaram; 14 cursaram o nível fundamental completo ou incompleto, e 10 o ensino médio completo. A renda familiar de 17 das participantes estava na faixa entre R\$ 300 e um salário mínimo da época (R\$ 880,00); a das nove outras, entre R\$ 800 e um salário mínimo.

O Censo 2010 do IBGE apontou que as brasileiras têm em média 1,9 filhos. No entanto, neste estudo a média observada foi de três filhos para cada mulher. Foi possível notar que esse aumento estava relacionado ao estado de vulnerabilidade, à

falta de instrução familiar e governamental e às condições que acabam por desencadear desigualdades sociais. Além disso, o desenfreado crescimento populacional decorrente da globalização, somado às mudanças socioeconômicas, estruturais, climáticas e operacionais, tem contribuído em demasiado para a fragmentação econômica e política, com a conseqüente disparidade de distribuição de riquezas entre as diversas regiões do País.

Como se pode perceber, esses fatores socioeconômicos contrastam e muito com um dos objetivos fundamentais apresentados no artigo terceiro, inciso III do texto constitucional: “Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

É em meio a esse cenário que são implementadas as políticas públicas para a mulher. Destaca-se nesse contexto a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em 2011, na qual se reafirmou a importância em se dar continuidade às políticas de autonomia das mulheres como princípio gerador de políticas e ações do poder público propostas para a sociedade.

Nas décadas mais recentes, têm-se verificado o aumento do número de famílias monoparentais⁶, em especial aquelas nas quais a mulher assume a chefia do lar. De fato, notadamente no que se refere à estrutura da família, as unidades domésticas nesse segmento social apresentaram crescimento significativo. Conforme dados do IBGE (Censo 2010), no Brasil, 38,7% dos domicílios são comandados por mulheres. (IBGE, 2010).

Nas camadas mais pobres da população, as famílias chefiadas por mulheres, de acordo com Santos (2008), são em grande parte associadas a situações de vulnerabilidade econômica. A mulher, como único membro adulto do domicílio, é sua provedora. Além disso, assume funções domésticas e cuidados com os filhos, o que implica sua vinculação a trabalhos mal remunerados em tempo parcial ou intermitente. Essa realidade gera maiores dificuldades para garantir a subsistência da própria família.

Devido ao estado de vulnerabilidade econômica e social em que vivem essas famílias, muitas mulheres adentram o mercado de trabalho a fim de resguardar o sustento do lar. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA,

⁶ Família monoparental feminina é o grupo familiar composto pela mulher mãe e seus filhos menores de 25 anos e solteiros. Neste arranjo familiar geralmente é a mulher a única responsável pela sustentabilidade econômica da família (Brito, 2008).

2010) o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35% em 2009. Esses números configuram-se abaixo do percentual obtido nesta pesquisa, por meio da aplicação de questionário, que foi de 31%.

Questionadas sobre como entendem a percepção da sociedade com relação à mulher chefe de família, algumas entrevistadas expressaram-se da seguinte maneira:

a) Percebem o preconceito:

- *Eu acho que teve uma vitória, ainda tem preconceito.*
- *Agora está aceitando melhor.*
- *Guerreira. Sofre preconceito.*
- *Sofre preconceito*
- *Olham com preconceito.*
- *Tem muita gente que critica, que não aceita, que acha que tudo tem que depender de marido.*

b) Não percebem o preconceito ou não sabem:

- *Sei lá.*
- *Não sei.*

c) Sabem que está havendo mudanças:

- *Hoje em dia está mais aceitável, antes tinha preconceito.*
- *Dáí acho bom, porque a mulher não depende do marido e ela pode fazer as coisas sozinha. Algumas sofrem preconceito.*
- *Vê como uma pessoa batalhadora, que não sofre.*

Infere-se do estudo desenvolvido que o aumento do número de mulheres chefes de família também resulta de fatores como viuvez, separação e opção por não se casarem novamente. Percebe-se ainda grande incidência de mães solteiras e de parceiros que não podem prover o sustento da casa, seja por deficiências patológicas, seja por algum tipo de vício: bebidas, drogas, entre outros.

Perfil da violência doméstica

Não obstante à luta diária pelo pão de cada dia, essas mulheres ainda têm de enfrentar a ideologia patriarcal machista (relações de poder entre homens e mulheres) que aflige a sociedade atual. É de amplo conhecimento que o machismo, em inúmeros casos, impõe-se por diversas formas de violência doméstica. Entre essas, ganha relevo neste estudo a violência física, tema abordado com o grupo pesquisado por meio do questionário. Entre as entrevistadas, 27% delas já sofreram algum tipo de violência por parte de seus pais ou parceiros. Há um sentimento angustiante de revolta e tristeza presente em suas trajetórias, que se depreende de

algumas respostas: “é um descaso”; “mulher não foi feita pra apanhar”; “uma covardia, tem que ter respeito”.

De acordo com o IBGE, 1,3 milhão de mulheres brasileiras já sofreram algum tipo de agressão. Esses números trazem à tona o déficit de eficiência da lei e dos órgãos públicos, como polícia, Ministério Público, Defensoria e Juizado Especial. Essas instituições precisam atuar de maneira mais integrada, de modo a contribuir para a expansão das políticas públicas. É preciso que as instâncias de poder deem respostas mais efetivas ao problema da violência doméstica, no sentido de rever as condições de punição dos agressores. Muitas das vítimas não se sentem “justiçadas” completamente, uma vez que vários criminosos passam algum tempo presos, até serem soltos e cometerem novamente esse e, muitas vezes, outros tipos de crime.

Quando questionadas sobre sua percepção a respeito da violência contra a mulher e se elas conhecem meios de combatê-la, as entrevistadas pontuaram:

- *Fico triste. Denunciar? Mas hoje em dia a gente denuncia e continua a mesma coisa. Muitas não denunciam por medo.*
- *Acho que na realidade muitas se sujeitam a isso. Hoje em dia, a mulher é muito independente, ela não precisa passar por isso.*
- *Um absurdo. Sim, [é preciso] dar parte pro cara ficar distante.*
- *Uma crueldade. Ela tem que ir antes das leis, da Maria da Penha.*
- *Absurdo, deveria não existir e, existindo, deveria ter uma punição mais severa. A lei brasileira deixa muito a desejar. Como não aconteceu comigo, na verdade, não sei como lidar, mas acho que pela delegacia... procurar alguém para ajudar.*
- *Procurar a delegacia e, como tem a lei Maria da Penha, tem que prender o homem.*
- *A pior das violências. Não.*
- *Penso que, se a mulher levar [surra] a primeira vez, acredito que sempre vai apanhar. Disque denúncia 180.*
- *Horrível, tem que ter respeito, ir à polícia.*
- *Fico triste, aborrecida. Tem essa lei da mulher, a [Maria da] Penha, a delegacia.*
- *Um absurdo. A mulher num todo é uma guerreira, não merece. Tem outras que agem como pai e mãe, é caso de indignação. Procurar a Justiça, dar parte na delegacia.*
- *Brutalidade, ajuda e ainda é agredida. Tem que ir à delegacia.*
- *É um descaso, porque você não tem segurança. A Lei Maria da Penha não funcionou, nem a Penha, nada funcionou, o homem não vai preso.*
- *Errado. Mulher não foi feita pra apanhar. Maria da Penha! Tem que denunciar! Eu cheguei a chamar a polícia e ir na delegacia da mulher.*
- *Uma covardia. A Lei Maria da Penha.*
- *Mulher está desprotegida. Tem [a Lei], mais não adianta nada.*
- *Homem machista. Denunciar.*

Embora todas elas demonstrem consciência de que é preciso denunciar, nenhuma das que afirmaram ter sofrido violência denunciou o companheiro. Duas delas disseram que se separaram. Duas afirmaram, respectivamente, o que segue:

- *Falei que se ele não parasse iria denunciar.*
- *Separei por 4 meses, porque ele bebia. Então disse [que] enquanto [ele] não parasse de beber, [eu] não voltaria. Hoje faz 11 anos que estamos juntos.*

Ao se observar a situação das finanças dessas mulheres, desde as que não possuem nenhuma renda até aquelas cujas fontes advém de auxílios governamentais ou de “bicos”, como elas dizem, é possível perceber que, embora tenham conhecimento sobre as formas de se defenderem da violência doméstica, elas ainda têm medo de denunciar e depois sofrer represálias. Embora não apareça nas respostas dadas ao questionário, infere-se haver entre as mulheres uma relação de dependência do apoio financeiro dado pelos companheiros. Seria necessário outro tipo de abordagem que fosse capaz de aprofundar a questão, não sendo esse o objetivo do presente estudo.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, “Convenção de Belém do Pará”, de 1979, da qual o Brasil é signatário desde 1984, busca por meio de suas recomendações a defesa e a promoção dos direitos humanos das mulheres. A partir de então, vem-se consolidando no Brasil a igualdade de direitos entre homens e mulheres.

A Constituição Federal de 1988 ensejou a conquista de novos direitos e obrigações correlatas ao Estado, tais como o reconhecimento da igualdade na família, o repúdio à violência doméstica, a igualdade entre filhos, o reconhecimento dos direitos reprodutivos, a proteção da mulher no mercado de trabalho, entre outras. Tais conquistas ajudaram na criação de novos serviços, abrigos e serviços de atendimento jurídico previstos agora também nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

No material distribuído entre as voluntárias da Pastoral da Criança, o fundamento religioso é descrito no Manual da Paz, no qual se afirma serem os problemas sociais muito grandes e que as pessoas não têm culpa de ficarem desempregadas (ANJOS, 2007).

Percepção sobre as ações sociais promovidas pela Pastoral da Criança

Questionadas sobre o significado da Pastoral da Criança na vida delas, as mulheres deram respostas que puderam ser divididas em 2 categorias, conforme apontadas abaixo:

a) Cuidado:

- *Dá felicidade pras crianças*
- *É bom, os filhos pesaram e, hoje, estão com 18 e 10 anos, e agora é a netinha.*
- *Pessoas que se preocupam.*
- *É bom.*
- *Importante, acho ótimo, saúde, vacinas*
- *Importante, porque cada pessoa, cada voluntário que se empenha pra ela, é dom de Deus.*
- *Pra mim é muito bom, tá sempre ajudando, independente da religião, dá conselhos.*
- *É ajuda.*
- *Ajuda a cuidar das crianças.*
- *Ajuda no desenvolvimento.*
- *Gosto porque vejo as pessoas, eles ajudam quando precisa, o peso.*
- *Grupo de pessoas que ajudam como você deve cuidar dos filhos.*
- *Uma benção, tudo de bom.*
- *Auxíliá, pesagem.*
- *Onde a gente se encontra pra cuidar das crianças.*
- *É a comunidade num todo, [as pessoas] se ajudam mutuamente. Ajuda muito.*
- *Eu acho que ajuda as crianças.*
- *Gosto muito, eles ajudam.*
- *É bom, ela ajuda a gente, as crianças.*
- *A Pastoral ajuda bastante.*
- *Uma coisa que ajuda, algo bom.*

O auxílio oferecido pela Pastoral da Criança a essas mães é bastante importante, como se observa nos registros acima. Há o entendimento sobre as formas de ajuda, sobre o apoio à coletividade e sobre o incentivo à solidariedade, com foco privilegiado nos filhos e nas crianças em geral. Tanto é que as palavras “ajuda”, “coletividade”, “solidariedade” e “criança” são as que mais aparecem na fala da maioria. Conforme aponta Anjos (2007), uma das características da Pastoral da Criança é a preocupação com a cultura do acolhimento do filho, o cuidado com a educação, com o corpo e com o uso de palavras afetuosas.

Outro aspecto essencial a respeito dos direitos da mulher é o fato de a saúde ser compreendida como fator garantidor de dignidade e qualidade de vida. Essa percepção é traduzida no reconhecimento do aprendizado que recebem da Pastoral.

b) Aprendizagem:

- *É boa, ensina várias coisas pra criança.*
- *É pra juntar a sociedade em si, para as crianças se adequarem ao mundo de hoje.*
- *É bom, porque ensina as coisas que a gente não sabe.*
- *Ensinos de vida.*

Observa-se, neste ponto, que o nível de escolaridade pode ser um elemento importante para o aprendizado dos cuidados consigo própria e com a prole. Percebe-se que há uma disposição para o aprendizado em diferentes áreas. Como

já mencionado, duas das participantes não estudaram, logo não podem ter acesso às informações transmitidas pela linguagem escrita. Entre as 14 que cursaram o nível de ensino fundamental completo ou incompleto, pode-se inferir que haja certo comprometimento na compreensão mais aprofundada das informações impressas, veiculadas por meio de folhetos, catálogos e demais materiais que a Pastoral distribui.

Por esses motivos, entende-se que seja preciso um adensamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, que, lançada em 2004, contemplava os princípios e a filosofia do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), que desvinculava das ações de saúde do governo a imagem da mulher como ser apenas reprodutivo e assumia o idealismo feminista da descoberta do corpo como fonte de bem-estar e de direitos (BARSTED & PITANGUY, 2011).

É importante que haja mais pressão de entidades não-governamentais e da sociedade como um todo, a fim de que esse programa atinja mais mulheres e que possa colaborar com as iniciativas da Pastoral da Criança.

Uma vez que o PAISM resgata as diretrizes de integralidade, equidade e universalidade preconizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), buscando consolidar os avanços nos campos dos direitos – sexuais e reprodutivos, melhoria da atenção obstétrica, planejamento familiar, atenção ao abortamento inseguro, combate à violência doméstica e sexual, tratamento de mulheres com HIV/AIDS, portadoras de doenças crônico-degenerativas e de câncer ginecológico, atenção ao climatério, saúde mental, entre outros –, o Programa pode oferecer maior proteção à mulher no País e não apenas auxílios que dependam das organizações não-governamentais ou das iniciativas de entidades religiosas.

Quando questionadas como a Pastoral da Criança as ajuda, as participantes responderam:

- *Mudou muito meu pensamento de ver uma criança, não é só dar banho, alimentar... envolve tudo.*
- *Estão sempre aconselhando, por exemplo, quando a criança tá perdendo peso.*
- *Como sou gestante, ajuda a me preparar pro parto.*
- *Me ensina coisas que eu não sei, por ser meu primeiro filho.*
- *A ver a realidade do mundo hoje. Tem famílias que precisam muito da doação.*
- *Pesando [a criança], tirando dúvidas, ensinando as coisas pra gente.*
- *Na gestação, com roupas, fraldas.*
- *Pelos conselhos, como fortificar a comida.*
- *Orientando.*
- *Tem reunião [em] que [se] fala como agir.*
- *Pesagem [das crianças], dúvidas.*

- *Orientando.*
- *Dá apoio na hora [em] que agente precisa.*
- *Conversa, conselho, se tá com alguma dificuldade.*
- *Orientações.*
- *Conselho, é muito bom.*
- *Ajuda no acompanhamento das crianças.*
- *Ensina bastante.*
- *Acompanhando filhos e netos.*

Como se vê, na simplicidade da fala das mulheres atendidas, é possível reconhecer a importância das ações na vida de suas famílias. As mulheres entendem que a ajuda da Pastoral, para elas, é ajuda para sua família, em diferentes sentidos: aconselhamento, orientação à saúde e à alimentação, temas esses constantes nas falas das entrevistadas. Conforme enfatiza Anjos (2007), o trabalho da Pastoral da Criança concilia o registro médico com o registro religioso, pois investe no cuidado com o corpo, com o bem-estar físico e no fomento do amor maternal.

Conclusão

O trabalho da Pastoral da Criança tem contribuído para a estruturação das famílias acompanhadas pelas paróquias estudadas, pois trata de redefinir os problemas comunitários e sociais, denunciando as injustiças e concorrendo para a redemocratização social, por meio de lutas e de boa vontade.

O trabalho voluntário auxilia as famílias tanto com relação aos cuidados físicos das mães, gestantes e crianças quanto referentemente às questões de civilização. A atuação se dá por meio de visitas, conversas, interações, celebração da vida, capacitação, informações, brincadeiras, leituras, pesagem, palestras, eventos, ensinamentos sobre o aproveitamento dos alimentos. Como base dos serviços prestados, há a preocupação constante em resgatar os mecanismos de assistência à vida, à saúde, à integridade, à dignidade e à felicidade de todos, construindo seres humanos mais plenos de valores, de amor e de respeito ao próximo.

O apoio às famílias mais vulneráveis, especialmente às mães e às crianças, tem sido muito importante, como se pôde verificar nas afirmativas otimistas em relação às políticas sociais e de saúde adotadas pela Pastoral da Criança.

Faz-se mister, portanto, apreciar e apoiar o trabalho dos agentes comunitários, sobretudo na divulgação e reunião de esforços para a causa, se quisermos verdadeiramente construir um Brasil mais justo e fraterno, com menos violência e oportunidades iguais para todos.

Referências

ANJOS, Gabriele dos. Maternidade, cuidados do corpo e "civilização" na Pastoral da Criança. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.15, n.1, p.27-44, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 nov. 2016

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, LDA, 2009

BARSTED, Leila L. e PITANGUY, Jaqueline. **O progresso da mulher no Brasil: 2003-2010**. Rio de Janeiro: CEPIA, Brasília: ONU Mulheres, 2011.

BRASIL. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**: Mogi das Cruzes-SP. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4014>. Acesso em: 19 nov.2016.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 19 nov. 2016.

BRASIL. Censo 2010. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=353060>> acesso em: 05 de mar. 2015.

BRASIL. PNAD 2009 – Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família. n.65. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf>. Acesso em 19 nov. 2016.

BRASIL. Lei 6683 de 28 de agosto de 1979. Lei da Anistia. **Palácio do Planalto: Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm>. Acesso em 19 nov. 2016.

BRASIL. Lei 9100 de 29 de setembro de 1995. **Palácio do Planalto: Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9100.htm>. Acesso em 19 nov. 2016.

BRASIL. Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006. **Palácio do Planalto: Presidência da República**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República **Plano nacional de política para as mulheres: 2013-2015**. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2012/08/SPM_PNPM_2013.pdf> acesso em: 04 de mar. 2015.

BRASIL. II Plano nacional de políticas para as mulheres: 2013-2015. **Compromisso e atitude: Lei Maria da Penha**. Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicas-publicas/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_completo08.10.08.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BRITO, Flávio dos Santos. Mulher chefe de família: um estudo de gênero sobre a família monoparental feminina. **Revista Urutágua**, Maringá, n.15, abr./jul. 2008.

AYRES, José Ricardo de Carvalho; FRANÇA JR., Ivan; CALAZANS, Gabriela Junqueira; SALETTI FILHO, O. Conceito de vulnerabilidade e as práticas de saúde: novas perspectivas e desafios. *In*: CZERESNIA, Dina e FREITAS, Carlos Machado (org.) **Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2016

GROSTEIN, Marta. Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos insustentáveis. São Paulo: Perspectiva, 2001.

KOGA, Dirce. Aproximações sobre o conceito de território e sua relação com a universalidade das políticas sociais. **Rev. Serv. Soc**, Londrina, v.16, n.1, p.30-42, jul./dez. 2013. DOI: 10.5433/1679-4842, v.16, n.1, p.30, 2013.

VEJA ON LINE. Infância no Brasil apresenta novos desafios: a contribuição da Pastoral da Criança ajudou a mudar o panorama da situação da infância nas últimas décadas. **Revista Veja Online**. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/saude/onu-em-22-anos-brasil-reduz-mortalidade-infantil-em-77/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

PASTORAL DA CRIANÇA. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.pastoraldacrianca.org.br>>. Acesso em 19 nov. 2016.

SANTOS, Aline T. dos. Famílias chefiadas por mulheres: permanências e rupturas com as tradicionais concepções de gênero. **Sem. Internacional Fazendo o Gênero 8, Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis, 25 a 28 de ago. 2008. Disponível em: <<http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.

UNWOMAN. United Nations entity for Gender Equality and the Empowerment of Women. **Convention on the Elimination of all Forms of Discriminations Against Women**. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>. Acesso em: 19 nov. 2016.